


BRASIL

RUMO À
MODERNIZAÇÃO

FECOMERCIOSP 

BRASIL

RUMO À
MODERNIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

PROPOSTAS PARA UM BRASIL MELHOR

A FECOMERCIO-SP COMEMOROU 75 anos de existência em 2013. Foram incontáveis batalhas e muitas vitórias, com papel de destaque como entidade representativa da sociedade civil. O respeito de nossos associados, que se traduz pela adesão voluntária de 154 sindicatos empresariais, nos impõe a responsabilidade de continuar trabalhando por conquistas sociais e pela promoção do crescimento econômico do Brasil.

Olhamos para trás e temos orgulho do nosso passado. Mas, acima de tudo, olhamos para frente, com a responsabilidade de sermos protagonistas de nossa história. Daqui a 75 anos, dada a velocidade das mudanças, o Brasil e o mundo serão muito diferentes. Na tentativa de antecipar demandas do setor que representa, a FecomercioSP cumpre, por meio deste livro, o dever de apontar caminhos capazes de levar o País a uma sociedade mais justa, com uma economia socioambientalmente sustentável.

9

RUMOS PARA
O FUTURO

22

PANORAMA
INTERNACIONAL

17

VISÃO
ESTRATÉGICA

36

REPENSANDO
O ESTADO

48

TRABALHO E
COMPETITIVIDADE

60

VIVER NAS
GRANDES CIDADES

72

PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E POPULAR
NO BRASIL

87

POSFÁCIO



RUMOS PARA O FUTURO

EM 2013, A FECOMERCIO-SP completou 75 anos de intensa atividade voltada para os grandes temas políticos, econômicos e sociais do nosso tempo. Fundada em 1938, por 17 sindicatos empresariais do comércio de bens e serviços, a entidade avança pelo século 21 com quase dez vezes mais instituições filiadas e a mesma missão: representar os interesses das empresas do setor e contribuir para sua modernização constante, além de colaborar com autoridades de todos os níveis e poderes para fazer do Brasil um país economicamente desenvolvido e socialmente justo.

Até aqui chegamos desfraldando bandeiras em prol das reformas estruturais do Estado e de um sistema tributário simplificado. Defendemos o mercado interno, a livre-iniciativa e o tratamento diferenciado para pequenas e microempresas. Garantimos conquistas sociais por meio de um permanente diálogo construtivo entre capital e trabalho, que incluiu a criação do Serviço Social

do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), entidades administradas em benefício dos trabalhadores e de toda a sociedade. Em relação aos avanços obtidos para as atividades empresariais e as relações de consumo no Brasil, foram tantos e de tal magnitude que é fora de propósito rememorar-los aqui.

Orgulhosa de seu passado, a FecomercioSP tem, entretanto, os olhos voltados para o futuro. É por isso que ousamos perguntar: como estará o nosso País nos próximos 75 anos? Que trajetória terá percorrido?

Embora talvez seja impossível antecipar com exatidão o que ocorrerá em tão vasto horizonte, uma certeza podemos ter: muitas das venturas ou amarguras reservadas aos nossos pósteros serão consequências das decisões que tomarmos a partir de agora. Por essa razão, nas páginas que seguem, investigaremos algumas opções dos caminhos que vislumbramos para o nosso País, a partir de metas e de uma visão estratégica que tentaremos resumir.

Na Era Atômica, crises financeiras como a que vivemos desde 2008 não podem ser superadas – como fo-

ORGULHOSA DE SEU

PASSADO, A FECOMERCIO-SP

TEM OS OLHOS VOLTADOS

PARA O FUTURO. MUITAS

DAS VENTURAS OU

AMARGURAS RESERVADAS

AOS NOSSOS PÓSTEROS

SERÃO CONSEQUÊNCIAS DAS

DECISÕES QUE TOMARMOS

A PARTIR DE AGORA

ram no passado – por uma conflagração mundial armada sem levar à destruição da espécie humana, que também estará ameaçada se insistirmos em tirar da natureza aquilo que ela não consegue mais nos dar.

Se a essas duas premissas somarmos uma terceira, a de que o desenvolvimento não pode beneficiar apenas uma minoria de países (enriquecidos ao custo do empobrecimento dos demais), tampouco privilegiar castas ou elites no interior de cada país, chegaremos a uma conclusão única: ultrapassar a crise exige dos governantes e dos povos a construção de novas relações internas e internacionais baseadas no diálogo; na compreensão de que a Terra é a casa comum a ser preservada por e para todos; nas soluções negociadas para os conflitos étnicos, territoriais ou econômicos; e na redução das desigualdades geradas por um processo de acumulação material sem limites.

Vivemos um momento histórico único e decisivo de transição. Sabemos cada vez com mais clareza que não se pode dar sequência a uma produção industrial de bugigangas programadas para se tornarem

obsoletas em tempos cada vez mais curtos. Sabemos que o processo produtivo fundamentado na propriedade acumulada sobre bens de capital deverá ser gradativamente substituído por um desenvolvimento lastreado no capital humano, base da sociedade do conhecimento informatizado. Sabemos que é preciso encontrar um equilíbrio nas taxas de crescimento demográfico, já que diante do volume finito dos recursos naturais, quanto maior a população, menor sua qualidade de vida. Sabemos, ainda, que as decisões das questões mundiais não podem mais ficar ao sabor de um punhado de nações ricas que não conseguiram criar os instrumentos necessários para controlar os excessos e o potencial destrutivo de um capital financeiro focado na especulação em detrimento da produção.

Em resumo, sabemos que a herança de 500 anos das revoluções Comercial e Industrial, com seus colonialismos, imperialismos e modelos econômicos perversos e assimétricos, está esgotada. Ignoramos, porém, quais serão os contornos definitivos de um novo padrão civilizatório, capaz de nos livrar da barbárie social e da hecatombe ambiental.

Nessa encruzilhada da humanidade, o Brasil, que em cinco séculos de existência situou-se na periferia do desenvolvimento econômico, tem agora a chance de vir a ser o que é de sua natureza: líder em sustentabilidade e em inclusão social.

Não sofremos conflitos internos de caráter étnico ou religioso nem problemas graves com nossos vizinhos. Possuímos a matriz energética mais limpa de todas. E recentemente incorporamos milhões de pessoas aos mercados de trabalho e de consumo.

Temos, porém, muito a avançar até superarmos a contradição dos índices que colocam o nosso PIB entre os dez maiores do mundo, mas nos empurram, por exemplo, para o 22º lugar no que se refere ao valor de nossas exportações, secularmente concentradas em produtos primários. Quase a metade dos domicílios em nosso País continua apartada da rede coletora de esgoto, com todas as trágicas implicações sanitárias que isso acarreta. E apesar do crescimento dos empregos com carteira assinada, permanecemos como um dos países mais desiguais do mundo: em 2012, enquanto para 10% dos mais pobres o rendimento

mensal médio ficou em R\$ 215,00, para 1% dos mais ricos foi de R\$ 18.889,00. Para completar o quadro de contrastes, ainda temos 13,1 milhões de analfabetos (8,7% da população) e uma escolaridade média do trabalhador de apenas seis anos.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que leva em conta a renda *per capita*, a expectativa de vida e os níveis educacionais, o Brasil evoluiu de uma média muito baixa de 0,493, no início dos anos 1990, para 0,727 em 2013 (o IDH varia entre zero e um). Apesar dessa melhoria, ainda não passamos da 85ª posição no *ranking* mundial, situação vexatória que nos obriga a ter como meta a evolução constante desse índice, até atingirmos o grupo dos dez primeiros nessa classificação.

Em relação ao Índice de Gini, que mede a desigualdade no interior de cada país, em 2012 tivemos uma virada “histórica” para 0,498, ante 0,501 no ano anterior (na escala entre zero e um, quanto mais próximo de um, maior a desigualdade). Assim, melhoramos um pouco em relação à posição que ocupávamos em 2010, quan-

do tínhamos o terceiro pior coeficiente do planeta. Na América Latina, em matéria de concentração de renda, nossa posição só era melhor do que a da Bolívia.

Políticas públicas vinculadas ao cumprimento em nosso País dos objetivos da Agenda 21, também estabelecida pela ONU, precisam ser adotadas nas próximas décadas para que o Brasil supere estigmas do passado e se reconheça e seja reconhecido como nação plenamente desenvolvida.

A FecomercioSP considera que um projeto estratégico para o País precisa contemplar metas que possam ser atingidas a médio prazo e figurem entre os objetivos nacionais prioritários para os próximos 75 anos, tais como:

- ▶ Aumentar para 25% a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para que este possa crescer ao menos 7% ao ano;
- ▶ Tornar a tributação menos regressiva para reduzir a desigualdade na distribuição de renda e erradicar a pobreza extrema;

- ▶ Elevar a escolaridade média do trabalhador para 12 anos e desonerar a folha de salários para eliminar a informalidade;

- ▶ Assegurar 100% de acesso ao saneamento básico e garantir proteção social a todas as famílias em situação de vulnerabilidade;

- ▶ Romper a transmissão intergeracional da desigualdade por meio da melhoria dos serviços básicos e da infraestrutura urbana.

Também devemos investir muito mais em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços socioambientalmente sustentáveis, além de universalizar o acesso a bens e conteúdos culturais.

Coroando esse processo, a educação pública de qualidade e os instrumentos de democracia participativa ajudarão a retirar da letargia em que se encontram grandes contingentes da população, manipulados eleitoralmente por oligarquias interessadas em perpetuar seu poder sobre um Estado ineficiente, sugado pela corrupção endêmica. A nova civili-

zação brasileira deve ser acima de tudo ética, pois só assim estará comprometida com um mundo que preserve a paz e a vida.

Finalmente, a FecomercioSP entende que a construção de uma sociedade mais justa e de uma economia ambientalmente sustentável não é tarefa apenas de governos. Por isso, conclama empresários brasileiros de todos os portes e setores a assumir suas responsabilidades ambientais e sociais, para que o Brasil possa reencontrar o rumo do crescimento econômico e transformar-se em uma potência ecológica e ambiental, fundamentada no respeito aos recursos naturais e aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Em resumo, a FecomercioSP espera – e vai atuar para – que o desenvolvimento humano nas próximas décadas seja pautado pela sociedade a partir de cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade.

**ABRAM
SZAJMAN**, presidente
da FecomercioSP e dos conselhos
regionais do Sesc-SP e do Senac-SP



VISÃO ESTRATÉGICA

NOS MOMENTOS DE CRISE ou quando o “instinto animal” estimula o empreendedor a perscrutar com mais perspicácia o futuro de seu empreendimento, uma assertiva de Sêneca, um dos grandes pensadores da Roma Antiga, costuma ser lembrada: *Se não sabes a que porto queres chegar, não há vento que te embale.* Parodiando esse pensamento – simples, mas profundo e absolutamente verdadeiro –, é possível afirmar, sem dúvida, que a FecomercioSP não sabe qual será o futuro quando completar mais 75 anos de existência, mas sabe com clareza como pretende que ele seja no Brasil: ético acima de tudo, com a preservação da paz e da vida; baseado em uma sociedade mais justa, desenvolvida de maneira econômica e ambientalmente sustentável; contemplado por uma democracia com plena liberdade de pensamento e ação para todos os seus estamentos; e que garanta relações harmônicas entre capital e trabalho e a justa concorrência, como tem repetido seu presidente, Abram Szajman.

Para chegar a isso, entretanto, a entidade sempre soube não ser suficiente a experiência acumulada ao longo de 75 anos de vigoroso empenho no trato diuturno das grandes questões nacionais de ordem política, econômica e social, nos mais diferentes momentos históricos – razões de alguns enfrentamentos tensos com o poder central, tanto em períodos democráticos quanto ditatoriais. Seria necessária uma nova postura, mais dinâmica e compatível com o ritmo frenético em que se dão as transformações na era da informática e da globalização. Adotou, então, um ambicioso plano de modernização que lhe permitiu acelerar sua eficiência operacional e seu tradicional processo de atualização permanente, ao passo que incorporava novas audiências às suas propostas e realizações.

Ao mesmo tempo, uma análise acurada de sua cultura como representante sindical do setor terciário – comércio, serviços e turismo – e de sua estrutura enquanto organização resultou um planejamento estratégico quinzenal que lhe permite saber onde está e para onde quer ir, sempre acompanhando as profundas mudanças sociais, econômicas e políticas que estão ocorrendo no Brasil e no mundo. Daí sua **Missão**: “Representar e

promover o desenvolvimento pleno e sustentável do setor de comércio de bens, serviços e turismo do Estado de São Paulo, assegurando as melhores condições em busca de resultados positivos para o setor e para a sociedade em geral”; e o posicionamento futuro, de acordo com sua **Visão**: “Consolidar-se como um modelo efetivo de apoio e direcionamento dos setores representados”.

Executar essa proposta ambiciosa exige, evidentemente, que a FecomercioSP vá além da representação sindical. Isso foi feito com a constituição de um modelo de negócios que agregue ao objetivo precípuo da entidade, à representação, às soluções empresariais em produtos e serviços e à informação, compreendendo estudos e pesquisas e seus respectivos planos de divulgação. Representação sindical, parcerias estratégicas com empresas e informação passam a constituir o universo de negócios FecomercioSP, promovendo o desenvolvimento sustentável do tecido sindical e empresarial.

O modelo, de *per se*, promove maior relacionamento entre sindicato e empresa e dá a ambos a oportunidade de trabalhar com estudos e pesquisas de alta qualidade, o que influenciará positivamente sua gestão e seu

desenvolvimento. Mas, sobretudo, abre uma imensa janela para que a representação sindical se fortaleça, obtendo recursos financeiros que não sejam os advindos das tradicionais contribuições compulsórias. Sindicatos fortes, não é novidade, são essenciais para que as micro e pequenas empresas (majoritárias no setor terciário) possam enfrentar duas ameaças constantes: a indesejável interferência do Estado nas relações trabalhistas e na economia; e a ação de grandes oligopólios e cartéis que acabam com a justa concorrência. São os sindicatos fortes que podem liderar, também, projetos associativos, capazes de garantir a sobrevivência dos pequenos em um mercado cada dia mais concentrado, disputado de maneira nem sempre ortodoxa.

O fortalecimento dos sindicatos constitui uma das questões fundamentais do trabalho já realizado pela FecomercioSP, do que hoje vem sendo desenvolvido e do que será futuramente implementado. Por isso, esse fortalecimento ocupa lugar de destaque no planejamento estratégico. Além da certificação sindical, do inter-relacionamento com empresas tanto do segmento representado quanto de outros setores, do acesso à informação e da geração de produtos e serviços, há uma sólida es-

trutura de apoio à atividade nas áreas técnica, jurídica e institucional – retaguarda fundamental para que os sindicatos possam trabalhar também em prol de sua maior representatividade no âmbito da Justiça Trabalhista.

As ações preconizadas para a caminhada ao futuro pretendido resultam, ainda, de dois alentados estudos que reforçam a postura da entidade como *opinion leader*, tanto no ambiente interno quanto externo: “Simplificando o Brasil” e “Inserindo o Brasil no Mundo”. O primeiro preconiza as transformações necessárias para reduzir os custos de transação na economia, mediante a simplificação das relações tributárias, trabalhistas e burocráticas. O segundo, o que fazer para que o País venha a se tornar, efetivamente, *player* no comércio mundial, independentemente de conjunturas sazonais favoráveis na economia internacional.

Modernidade, credibilidade e criatividade permitem à FecomercioSP estar à frente nas grandes questões nacionais e fomentar o espírito crítico e a geração de novas ideias e soluções, garantindo a realização de seus objetivos estratégicos:

- ▶ Excelência na gestão de recursos, garantindo a execução estratégica;
- ▶ Menor dependência da contribuição compulsória;
- ▶ Posicionamento como *opinion leader* em questões econômicas, sociais e políticas no Brasil;
- ▶ Papel ativo na defesa dos interesses dos sindicatos representados em todas as questões críticas de suas atividades;
- ▶ Desenvolvimento de produtos e serviços de acordo com as necessidades dos sindicatos filiados e das empresas;
- ▶ Expansão da atividade em âmbito internacional e captação de investimento estrangeiro.

Por essas razões, a FecomercioSP sabe aonde quer chegar. E conhece o caminho certo e o jeito preciso de caminhar.

ANTONIO
CARLOS BORGES,
diretor-executivo da FecomercioSP

1

PANORAMA
INTERNACIONAL



1

PANORAMA
INTERNACIONAL

O mundo passa por um período de transformações e as barreiras transcontinentais tornaram-se tênues. A economia chinesa se reestrutura, os Estados Unidos caminham para a recuperação e a Europa afasta os riscos de rompimento da zona do euro. Apesar de o conceito de globalização ser a premissa da economia atual, o Brasil continua com um baixo grau de abertura de mercado, o que pode dificultar a inserção do País nas cadeias produtivas mundiais.

Passada a euforia do crescimento impulsionado pelo que se convencionou chamar de BRIC – conjunto de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China –, o cenário internacional sinaliza mudanças e nos leva a repensar nossa posição no contexto global. É consenso entre os especialistas que a China atravessa um período de transição: o modelo de crescimento baseado em exportações e investimentos externos, verificado nos últimos anos, caminha para o esgotamento, substituído pelo crescimento baseado em consumo interno, graças ao enorme contingente de chineses que passou a integrar a economia de mercado.

A expectativa é que essa mudança venha acompanhada de uma desaceleração na expansão do PIB chinês, uma vez que períodos de transição são tradicionalmente acompanhados por menor vigor econômico

e os números da atividade industrial chinesa ao fim de 2013 já mostravam isso. A China é o principal destino das exportações brasileiras e a desaceleração de sua economia deve impactar outros países emergentes, principalmente aqueles cujas vendas externas são fortemente baseadas em *commodities* minerais – como minério de ferro –, a exemplo do Brasil.

No tocante aos mercados mais desenvolvidos, o cenário é otimista quando olhamos para outro grande parceiro comercial brasileiro: os Estados Unidos. Ajustes silenciosos sofridos pela economia americana nos últimos anos vão favorecê-la para voltar a crescer. Devido à crise da qual o país emerge, o grau de endividamento do consumidor estadunidense foi bastante reduzido. Isso indica que os cidadãos estão em posição de retomar crédito com menor risco.

Assim como o consumidor, as empresas americanas também estão menos alavancadas e até o governo se depara com uma situação de forte disciplina orçamentária, fruto do conflito entre democratas e republicanos. O cenário de menor *deficit* é saudável quando se olha para frente porque cria condições favoráveis de crescimento.

A retomada da economia americana é positiva à medida que impulsiona as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, acaba por atrair mais capital para os Estados Unidos, o que pode reduzir a atratividade do Brasil tanto como destino de capital financeiro quanto de investimento.

Do outro lado do Atlântico, a Europa ainda enfrenta problemas estruturais graves e alguns países do bloco econômico sofrem com elevados *deficit* públicos. Mas existem avanços e os ajustes começam a ser feitos. É certo que durante períodos de ajustes não se pode esperar crescimento acelerado, o que nos leva a crer que a economia europeia não deve ostentar índices muito promissores nos próximos anos e possivelmente não tão otimistas quanto os esperados para os Estados Unidos.

Um passo importante para incentivar o crescimento e sustentar as políticas macroeconômica e fiscal da Europa é o acordo de livre-comércio que o bloco negocia com os americanos. As duas economias, juntas, respondem por praticamente metade do PIB global e perto de 40% das exportações mundiais, o que significa dizer que o acordo poderá criar a maior área de livre-comércio do mundo, com impacto indiscutível sobre todos os demais países.

Além de eliminar as tarifas sobre exportações, as duas grandes potências econômicas buscam harmonizar normas e padrões técnicos e sanitários para os produtos que comercializam. Isso, por si só, deve se refletir em redução de custos e aumento do fluxo comercial.

ALIANÇA DO PACÍFICO E MERCOSUL

A iniciativa deve favorecer todos os países que tenham acordos comerciais com os dois blocos, o que deixará o Brasil em uma situação fragilizada, dada a opção do País pelo Mercosul. O acordo entre Estados Unidos e Europa é, sem dúvida, importante, ainda que dificilmente reverta o fato de que o eixo econômico mundial se transferiu do Atlântico para o Pacífico.

“TRABALHO COM IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E FABRICAÇÃO DE BRINQUEDOS. OS PRODUTOS NACIONAIS CHEGAM A SER ENTRE 15% E 20% MAIS CAROS NA COMPARAÇÃO COM OS IMPORTADOS. MESMO ASSIM, NÃO ACREDITO EM PROTECIONISMO. O MELHOR SERIA AJUDAR AS COMPANHIAS NACIONAIS A SEREM MAIS COMPETITIVAS GLOBALMENTE, POIS O AUMENTO DAS TAXAS DE IMPORTAÇÃO DISTORCE OS PREÇOS”



VAGNER LEFORT,
54 anos, proprietário da
Long Jump Brinquedos

Até por essa razão, países como Chile, Peru, Colômbia e México se uniram na chamada Aliança do Pacífico, que já aceitou 18 outras nações como observadoras, entre as quais Canadá, Estados Unidos, Espanha, França, Japão e China.

Em um momento em que acordos bilaterais são registrados mundo afora, a dinâmica de operação do Mercosul está alijando o Brasil das grandes redes de comércio internacional. Isso porque o Mercosul não admite que países integrantes do bloco estabeleçam acordos bilaterais com outras nações – as negociações só podem ser realizadas em bloco ou com autorização dos demais.

Apenas três acordos foram fechados nessas condições: com Israel, Egito e Palestina.

O custo disso para o Brasil começa a ser sentido à medida que o comércio internacional ganha dinamismo. A iminência de um acordo entre americanos e europeus torna imperativo que o Brasil repense as regras do Mercosul e as restrições que este lhe impõe. O Brasil tem peso político e, acima de tudo, econômico para negociar mudanças nas regras do bloco sem necessariamente decretar seu fim.

APESAR DE O CONCEITO

DE GLOBALIZAÇÃO SER

A PREMISSA DA

ECONOMIA ATUAL,

O BRASIL CONTINUA

COM UM BAIXO GRAU

DE ABERTURA DE

MERCADO, O QUE PODE

DIFICULTAR A INSERÇÃO

DO PAÍS NAS CADEIAS

PRODUTIVAS MUNDIAIS

O Mercosul tem se mostrado importante parceiro comercial brasileiro – basta ver que a Argentina é o terceiro maior cliente para os produtos brasileiros em todo o mundo, atrás da China e dos Estados Unidos – e os acordos comerciais têm facilitado o trânsito de empresas nacionais nos países vizinhos. Em pouco mais de dez anos, o intercâmbio comercial entre Brasil e Mercosul cresceu mais de 824%, de US\$ 4,6 bilhões em 1991 para US\$ 42,1 bilhões em 2012. No período, as exportações brasileiras para o bloco aumentaram 887% (tendo alcançado US\$ 23 bilhões em 2012) e as importações, 758% (tendo alcançado US\$ 19,3 bilhões em 2012), segundo dados do Ministério das Relações Exteriores.

Tão importante quanto a integração comercial é a integração da infraestrutura desses países, razão pela qual a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) é tão estratégica para a região, dada a possibilidade de se criar uma estrutura física nas áreas de transportes, energia e comunicações que interligue os 12 países da América do Sul. Destes, o Brasil tem fronteira com nove (além da Guiana) e sua vocação latino-americana só tende a se consolidar a partir da integração do continente. É certo que melhorar a infraestrutura

de acesso e reduzir a burocracia para as exportações também facilitará o alinhamento regional.

O Mercosul não é um fim em si mesmo e as negociações para eliminação de barreiras comerciais entre o bloco e a Europa devem ser incentivadas, assim como a possibilidade de acordos bilaterais. Esses instrumentos se intensificaram nos últimos anos em decorrência da falta de consenso em torno da Rodada Doha, agenda que tem o apoio da FecomercioSP.

O comércio internacional exerce papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. A Organização Mundial do Comércio (OMC) está posicionada de forma a conduzir a abertura comercial e evitar que protecionismos interno e externo dificultem os fluxos internacionais de comércio.

INSERÇÃO DO BRASIL

O protecionismo econômico em nada beneficia a indústria de bens e serviços, pois quanto maior a relação entre importação e PIB, maior o crescimento da produtividade; afinal, a inovação e, conseqüentemente, a produtividade dependem de

aspectos como importação de máquinas e equipamentos e transferência de tecnologia em escalas mundiais, condições que vão além do investimento estrangeiro direto.

As nações emergentes às quais o Brasil se une já perceberam isso. Números do Banco Mundial mostram que nos últimos dez anos o País teve a menor relação entre importação de bens e serviços e PIB, considerando uma amostra de 30 emergentes. O indicador brasileiro ficou em 11,9%, o que mostra a baixa exposição da indústria doméstica à competição internacional. E a história prova que a abertura comercial funciona melhor do que a reserva de mercado quando o objetivo de um país é ser reconhecido por sua excelência.

O Brasil não pode mais ignorar as grandes cadeias globais de produção que prevalecem na economia do século 21. A verticalização (modelo em que um país participa de todos os elos da produção) cede lugar a uma fragmentação na qual predomina a excelência. A tendência à especialização faz com que cada país produza aquilo no qual sua indústria se destaca. Ao criar barreiras para a importação de

insumos a preços concorrentes, o Brasil perde competitividade frente a outros países cujas economias são mais abertas.

A perda de competitividade das exportações brasileiras é mostrada em números do Banco Mundial, cujo estudo revela uma redução no percentual de exportações de alta tecnologia: de 10,4% para 5%, em um comparativo dos últimos dez anos. Em 2000, o País exportava três vezes mais itens de alta tecnologia do que a Índia. Hoje, as exportações brasileiras giram em torno de 80% do total da Índia. Enquanto as vendas externas do Brasil continuam fortemente concentradas em *commodities* agrícolas e minerais, outras economias buscam espaço no cenário mundial de produtos acabados e de alta tecnologia, cujo desenvolvimento exige investimentos em pesquisa e em inovação, dois fatores que tendem a ser prejudicados com políticas protecionistas.

O Brasil vem perdendo participação no comércio internacional, tendo respondido por apenas 1,33% do fluxo do comércio mundial em 2012. O indicador era de 1,41% um ano antes e já foi mais que o dobro há cinco décadas. O País tem potencial para dobrar

“TENHO A CONFECÇÃO
HÁ 16 ANOS E HÁ 12 EXPORTO
PARA O CANADÁ E PAÍSES
DA EUROPA. QUANDO COMECEI,
SENTI MUITA DIFICULDADE
POR CAUSA DA BUROCRACIA
E DAS DIFICULDADES DE ENVIO.
CHEGUEI A PERDER CLIENTES.
PARA TER MAIS SEGURANÇA
E FACILIDADE, PROCUREI
UMA EMPRESA PRIVADA
PARA ME AJUDAR. ELA ACABA
CUSTANDO MAIS, MAS VALE
PELA PRATICIDADE”

CLEUZA TORRES,
53 anos, proprietária de confecção
de figurinos e artigos para dança



o volume de exportações e não pode se contentar com o título de 22º maior exportador do planeta. É pouco para a sétima maior economia do mundo.

Tão importante quanto aumentar as exportações é elevar a participação dos produtos de maior valor agregado na balança comercial brasileira. Isso porque o saldo comercial do País se mantém positivo devido, exclusivamente, ao *superavit* com *commodities* primárias. O *deficit* comercial com produtos industrializados é crescente desde 2007, reflexo de importações bastante superiores às exportações.

MATRIZ ENERGÉTICA

Se os acordos comerciais não nos favorecem, o mesmo não se pode dizer em relação à competitividade brasileira no quesito matriz energética. É indiscutível que o Brasil leva vantagem em relação a outros países por ter quase 45% da energia proveniente de fontes renováveis. Nos países desenvolvidos, essa participação não chega a 15%, segundo o Ministério de Minas e Energia, o que dá ao Brasil uma condição bastante vantajosa frente aos desafios globais da sustentabilidade, característica cada vez mais buscada nas relações de consumo.

O MERCOSUL NÃO

É UM FIM EM SI MESMO

E AS NEGOCIAÇÕES PARA

ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

COMERCIAIS ENTRE O BLOCO

E A EUROPA DEVEM

SER INCENTIVADAS, ASSIM

COMO A POSSIBILIDADE

DE ACORDOS BILATERAIS

Mas o modelo calcado na matriz hidrelétrica, responsável por 80% da energia consumida no Brasil, não tem apresentado crescimento no ritmo que a economia demanda, ainda que o esgotamento do potencial hidrelétrico só esteja previsto para daqui a 15 ou 20 anos. Devido à menor oferta de energia hidrelétrica, a participação de renováveis na matriz energética brasileira caiu de 44% para 42,4% entre 2011 e 2012, segundo o Balanço Energético Nacional. Isso significa que o Brasil, ainda que lentamente, perde a vantagem que tem frente a outros países que não se valem de participação tão alta de fontes renováveis.

O problema repousa no fato de que a expansão das hidrelétricas passa necessariamente pela exploração na Região Norte, mais notadamente na Amazônia, onde a obtenção de licenças ambientais emperra os projetos e as obras. Não se trata de defender a exploração do potencial hidráulico em detrimento do meio ambiente, mas o Brasil precisa assumir um compromisso entre desafio econômico e sustentabilidade, sem o qual corre o risco de perder o diferencial que possui hoje quanto à produção de energia limpa.

O mundo inteiro busca fontes alternativas de energia – os Estados Unidos apresentam a energia produzida a partir do gás de xisto, enquanto outros países mantêm aposta firme na energia nuclear, particularmente na Ásia. O Brasil, por sua vez, precisa dar ênfase ao que já tem e ao mesmo tempo apresentar novas fontes de energia.

No quesito sustentabilidade, o comércio vem fazendo sua parte ao incentivar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a Logística Reversa, conceito no qual a responsabilidade pelo produto é compartilhada ao longo de todo o seu ciclo de vida. Para tanto, consumidores podem retornar os artigos depois de usados diretamente aos fabricantes, importadores ou comerciantes.

Assim, o comércio tem papel fundamental para tornar a reversibilidade efetiva, a exemplo do que já foi instituído pela indústria de aparelhos celulares. Por meio de um convênio assinado entre a FecomercioSP, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e as operadoras de celulares, o Estado de São Paulo foi o primeiro a estabelecer procedimentos para o descarte correto de aparelhos celulares, que hoje são recebidos de volta nas lojas e encaminhados para descarte ou reciclagem.

EM SÍNTESE, A
FECOMERCIO-SP
CONSIDERA QUE
A INSERÇÃO
INTERNACIONAL DO
BRASIL DEVE SER
FEITA EM TORNO DOS
SEGUINTE OBJETIVOS:

- ▶ Aumentar substancialmente a participação do País nas correntes internacionais de comércio;
- ▶ Diversificar itens e destinos das exportações, focando na conquista de mercados para produtos brasileiros manufaturados e de alto valor agregado;
- ▶ Flexibilizar as regras atuais do Mercosul de modo a permitir acordos bilaterais por parte de seus membros;
- ▶ Combater o protecionismo interno e em nível mundial, propugnando pela ampliação dos acordos no âmbito da OMC;
- ▶ Preservar e ampliar a liderança do Brasil no estabelecimento de novos paradigmas para o desenvolvimento mundial, alicerçados na sustentabilidade socioambiental.

2

REPENSANDO
O ESTADO



2

REPENSANDO
O ESTADO

O Estado é indutor do desenvolvimento, seja pelo investimento público direto, seja pela criação de condições que permitam à iniciativa privada investir em processos produtivos ou em infraestrutura. Nos dois casos, pode-se dizer que o Estado brasileiro enfrenta dificuldades para cumprir seu papel: o governo tem hoje baixa capacidade de investimento em razão de elevadas despesas de custeio, além de a burocracia da máquina pública inibir maior atuação privada.

É preciso repensar o Estado que queremos tendo em vista a premissa de que ele existe para atender às necessidades do cidadão e não o contrário. Sendo assim, rigor fiscal, eficiência e simplificação de processos para empresas e cidadãos são metas a serem perseguidas pelo governo, independentemente de orientação partidária.

Observamos nos últimos anos uma hipertrofia do Executivo, que vem reduzindo o papel constitucional do Legislativo – este, em tese, representante dos anseios da população. Basta observar os números de medidas provisórias (textos editados pela Presidência da República com força de lei que perdem a eficácia se não forem votados pelo Congresso Nacional em até 60 dias). Foram 37 em 2011, 38 em 2012 e 31 em 2013. Ainda que a Emenda Constitucional 32, de 2011, tenha

freado o uso de medidas provisórias para a formulação de políticas públicas, o instrumento ainda é usado em demasia e a velocidade com que é aprovado – seis vezes mais rápido que um projeto de lei enviado pelo Executivo e dez vezes mais rápido se comparado às propostas do próprio Legislativo, segundo dados da Câmara – sugere que é preciso resgatar o equilíbrio de forças entre os três poderes, sob pena de o povo não se ver representado na instância criada para tal.

Já bastam as distorções que impedem a proporcionalidade na representação do Congresso Nacional, que faz do eleitor de São Paulo, Estado mais rico e populoso da Federação, o mais desvalorizado na Câmara dos Deputados. Isso viola o princípio democrático ao estabelecer pesos distintos a eleitores de diferentes Estados, tornando necessária uma reforma po-

lítica que corrija deturpações que levam a maioria da população a ter a minoria dos representantes no Congresso Nacional.

CARGA TRIBUTÁRIA

A FecomercioSP defende o fortalecimento do princípio federativo e isso inclui a não criação indiscriminada de Estados e municípios. É preciso inibir a proliferação de entes federativos que não tenham sustentação econômica clara. Nesse sentido, o veto presidencial ao projeto que abriria espaço para a criação de mais de 200 novos municípios, em novembro de 2013, foi de suma importância e contribuiu para a sustentabilidade fiscal da máquina pública. O País não pode mais conviver com a multiplicação no número de municípios sem o correspondente aumento da arrecadação.

A mesma premissa vale para os demais gastos públicos. A carga tributária brasileira registra crescimento contínuo, sem contrapartida quanto à melhoria e expansão dos serviços públicos. No início do Plano Real, em 1994, correspondia a 28% do PIB do País. Hoje, atinge 37%. Esse patamar é inconsistente com o perfil de renda do brasileiro, atualmente ao redor de US\$ 11 mil/ano. Comparativo feito pela Fundação Getulio Vargas mostra que a carga tributária brasi-

leira é proporcional ao de economias com renda *per capita* de US\$ 20 mil. Assim, estima-se que, para os padrões nacionais, a carga tributária deveria girar em torno de 25% do PIB.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, impôs pesados ônus e despesas públicas relacionadas à seguridade social, além de vinculações que acabaram por exigir a expansão da base arrecadatória desde então. Ao longo dos últimos dez anos, a despeito do rigor fiscal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal e das metas de *superavit* primário, o que se observou foram sucessivos desvios expansionistas com os gastos públicos correntes. A criação de órgãos, entidades, empresas, secretarias e ministérios (estes já contabilizam 39) elevaram a mais de 1,15 milhão o total de funcionários públicos federais ativos, com o ingresso de 240 mil pessoas desde 2002.

Na outra ponta, o gigantismo da carga tributária e da máquina pública não se traduz na oferta de bons serviços para a sociedade, obrigada a conviver com uma burocracia exacerbada que coloca o Brasil no primeiro lugar do *ranking* de horas dedicadas apenas ao recolhimento de tributos. O relatório *Doing Business* 2014, do Banco Mundial, aponta que uma empresa

“TIVE A EXPERIÊNCIA DE ABRIR QUATRO EMPRESAS NOS ÚLTIMOS ANOS. OS MAIORES PROBLEMAS QUE ENFRETEI FORAM A BUROCRACIA E A FALTA DE INFORMAÇÕES, IMPOSSÍVEL VENCER SEM UM CONTADOR. ALÉM DISSO, SÃO COBRADAS MUITAS TAXAS EM DIVERSOS ÓRGÃOS DE MANEIRA DESCENTRALIZADA. PARECE QUE TUDO É FEITO PARA DIFICULTAR A ABERTURA DE EMPRESAS NO PAÍS, POIS A MAIORIA DAS COISAS PODERIA SER RESOLVIDA ON-LINE”

THIAGO
FERNANDES
PEREIRA,
30 anos, empresário



brasileira precisa dedicar 2,6 mil horas por ano para manter-se em dia com as obrigações fiscal e tributária, enquanto na média dos países pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são necessárias 176 horas por ano.

Não se trata apenas de reduzir a carga tributária, mas também de simplificá-la. O Brasil chegou ao assustador número de 309.147 normas tributárias editadas desde a promulgação da Constituição de 1988 até setembro de 2013, data do levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Segundo o órgão, as empresas precisam seguir, em média, 3.512 normas tributárias para estar em dia com a legislação nacional.

A simplificação dos procedimentos burocráticos reduziria o custo para as empresas sem impacto direto no total arrecadado. Para isso, o Brasil precisa ter coragem de enfrentar o problema, assim como a questão do tempo gasto para abertura e fechamento de empresas. Dados do relatório Doing Business 2014 mostram que começar um negócio no Brasil demora, em média, 107,5 dias. Vale lembrar que a burocracia funciona como indutor de fraudes. Combatê-la evita que desvios de toda natureza se proliferem na máquina pública.

O ESTADO EXISTE PARA
ATENDER ÀS NECESSIDADES
DO CIDADÃO E NÃO O
CONTRÁRIO. SENDO ASSIM,
RIGOR FISCAL, EFICIÊNCIA
E SIMPLIFICAÇÃO DE
PROCESSOS PARA EMPRESAS
E CIDADÃOS SÃO METAS
A SEREM PERSEGUIDAS
PELO GOVERNO,
INDEPENDENTEMENTE
DE ORIENTAÇÃO PARTIDÁRIA

A FecomercioSP olha com atenção as medidas anunciadas pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que prometem incentivar esse tipo de empreendimento por meio da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias. Como já disse o próprio titular da pasta, Guilherme Afif Domingos, é hora de ser audacioso e amplificar o conceito de simplicidade. Com isso, aplaudimos a proposta do governo de universalizar o Simples Nacional e unificar obrigações como FGTS, Caged e Rais, bem como o fim da substituição tributária, que faz com que as empresas optantes do Simples paguem alíquota maior.

INVESTIMENTO PÚBLICO

Apesar de atualmente possuir uma arrecadação tributária maior, o Brasil não tem conseguido ampliar os investimentos públicos, haja vista o aumento dos gastos com aposentadorias e com a máquina pública. A taxa brasileira de investimento – considerando aportes públicos e privados – gira em torno de 18% a 19% do PIB, após consecutivas quedas, pois o indicador já chegou a 25% na década de 1970. A redução é reflexo do menor investimento público, que funciona como indutor para os aportes privados. Atualmente, o governo brasileiro investe 1,8% do PIB, frente a 7% nos anos 70.

Para efeito de comparação, temos a China com uma taxa de 20% de investimento público em relação ao PIB, ou 7% na Índia e na Coreia do Sul.

A queda nas taxas de investimentos públicos vem resultando em menor aporte em infraestrutura ao longo dos anos. Hoje em dia, o investimento em infraestrutura é de 2,1% do PIB, comparado com 5,4% na década de 1970. Qualquer perspectiva de acelerar o ritmo de crescimento do País passa pela elevação da taxa de investimentos em geral e dos gastos com infraestrutura em particular. Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, mostra que a melhoria na infraestrutura de transporte no Brasil poderia impulsionar as exportações. Para uma redução de 1% nos custos de transporte, o banco estima aumento de 5,4% nas exportações da agricultura, 3,9% da indústria e 1,1% da mineração.

O mesmo relatório aponta fraquezas institucionais e regulatórias como inibidores do investimento público, pois há dificuldades desde o planejamento de políticas públicas até o fortalecimento das agências reguladoras, que enfrentam vulnerabilidades de ordem política e falta de pessoal.

Diante da reduzida capacidade de poupança do Estado, é necessária a participação crescente do setor privado. Para tal, os processos de privatização e de concessão devem ser acelerados, sem esquecer o papel regulador e fiscalizador do Estado, que não pode ser negligenciado. As agências reguladoras, que funcionam melhor quanto menor o grau de ingerência política, precisam ser fortalecidas e profissionalizadas.

As privatizações e concessões são importantes instrumentos para atrair investimentos, uma vez que reduzem a participação do Estado na economia e tornam os serviços mais eficientes. O setor de telecomunicações é um dos exemplos mais emblemáticos. Quando as empresas do antigo Sistema Telebrás foram privatizadas, em 1998, o Brasil tinha 15 milhões de telefones fixos em operação e apenas 7,4 milhões de celulares. Aguardava-se anos por uma linha, que chegava a custar R\$ 8 mil. Passados 15 anos, são mais de 44 milhões de telefones fixos e outros 270 milhões de acessos móveis.

Isso só foi possível, entre outros aspectos, porque o Brasil construiu um marco regulatório sólido, capaz de dar segurança institucional e jurídica aos investidores, sobretudo aos estrangeiros, cujo capital o País disputa com o resto do mundo. Marco regulatório consistente

e Poder Judiciário independente e atuante são condições básicas para atração do investimento privado.

A morosidade da Justiça brasileira ainda é um dificultador ao mundo dos negócios, mas algumas iniciativas merecem ser destacadas dado o potencial que têm de melhorar o ambiente institucional. Exemplo é o projeto que prevê no ordenamento jurídico a arbitragem e a mediação, duas práticas ainda pouco disseminadas para resolução de conflitos, mas perfeitamente adequadas a impasses envolvendo questões de ordem econômica e negocial. A difusão dessas práticas certamente contribuirá para aliviar a Justiça brasileira, em que tramitam mais de 90 milhões de processos, considerando as várias instâncias. O projeto em tramitação no Congresso Nacional tem entre seus méritos a extensão da arbitragem para as áreas de Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, devendo agilizar decisões que hoje demoram anos.

Atenta às demandas de seus filiados, a FecomercioSP instituiu, em 2009, a Fecomercio Arbitral, uma câmara de arbitragem que tem como diferencial o atendimento a pequenas e médias empresas. A iniciativa reúne um conjunto de entidades de relevância econômica, jurídica e social: além da FecomercioSP, parti-

“VIVO INCONFORMADA
COM OS IMPOSTOS. SÓ PAGAMOS
E NÃO TEMOS NENHUM TIPO
DE RETORNO. SE QUEREMOS
SEGURANÇA, SAÚDE OU
EDUCAÇÃO, É PRECISO PAGAR
MAIS POR ISSO. AS TAXAS SÃO
EMBUTIDAS NOS PRODUTOS E
NÃO SÃO CLARAS – COMO EM
OUTROS PAÍSES, ONDE SE SABE
QUANTO DE IMPOSTO ESTÁ SENDO
COBRADO. EU NÃO CONFIO NOS
GOVERNANTES, POIS QUANDO
SÃO ELEITOS DIZEM QUE VÃO
FAZER ALGO SOBRE O ASSUNTO
E NUNCA RESOLVEM NADA”

ELAINE LOMBARDI
DE ABREU,
67 anos, dona de casa



cipam o Sebrae-SP, a OAB-SP, o Sescon-SP (que reúne empresas de serviços contábeis), a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e a Câmara Internacional Arbitral de Paris, uma das mais antigas do mundo. Trata-se de uma somatória de conhecimento e de pontos de vista a serviço das empresas como forma de contribuição da entidade para acelerar a resolução de conflitos no mundo dos negócios.

Em suma, falamos de reforma tributária, política e administrativa, mas todas elas passam necessariamente por uma definição prévia: o tamanho e a abrangência de Estado que queremos para o Brasil. Neste debate, a FecomercioSP defende os seguintes pontos:

- ▶ Simplificação tributária para reduzir a burocracia no pagamento de impostos;
- ▶ Aceleração das privatizações e das concessões;
- ▶ Redução dos gastos públicos de forma a recuperar a capacidade de investimento do Estado;
- ▶ Enxugamento da máquina pública, com redução do quadro de pessoal comissionado;

- ▶ Inclusão dos mecanismos de arbitragem e mediação no ordenamento jurídico brasileiro;
- ▶ Reforma política que assegure o equilíbrio da representatividade dos Estados no Congresso Nacional.

3

TRABALHO E
COMPETITIVIDADE



3

TRABALHO E
COMPETITIVIDADE

*A tecnologia encurtou distâncias,
mudou a forma como as empresas produzem
e transformou a natureza do trabalho.*

*Hoje, artigos fabricados do outro lado do mundo
dividem as prateleiras com produtos nacionais
e o consumidor não privilegia um ou outro em razão
da origem. Qualidade e preço são determinantes
na escolha e, por consequência, são premissas
a serem perseguidas pelas empresas.*

Isso as obriga a incorporar novas tecnologias aos processos produtivos, capazes de reduzir custos de fabricação e melhorar a qualidade do produto final. E quanto maior o uso de tecnologia no processo produtivo, mais qualificada precisa ser a mão de obra.

Esses são fatores que vão determinar o quanto o País é competitivo frente aos concorrentes globais, o que leva a repensar aspectos como educação, peso dos impostos e rigidez das leis trabalhistas, além da necessidade de investimento em inovação.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil cresceu extensivamente em mão de obra e as taxas oficiais de desemprego mostram que o País alcançou patamares mínimos históricos. Ocorre que a expansão da população economicamente ativa fica limitada pela própria expansão

da população, pois no Brasil o ritmo de crescimento desta está cada vez mais baixo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já projeta crescimento demográfico negativo a partir de 2040. A população economicamente ativa – que inclui quem está trabalhando ou em busca de trabalho – aumentava a taxas próximas de 3% no início dos anos 80. Ao fim daquela década, o ritmo era de 2,5% e seguiu em baixa, alcançando taxa de crescimento de apenas 1,7% em 2012, segundo dados do IBGE. Isso indica que o modelo futuro de crescimento não pode ser baseado em uso extensivo de mão de obra não qualificada, como foi até agora.

Assim, o crescimento econômico estará cada vez mais condicionado a ganhos de produtividade, obtidos por meio da educação e de investimentos em automação, inovação, pesquisa e desenvolvimento. Mais do que re-

cursos humanos, o Brasil precisa de recursos humanos com as necessárias competências, ou seja, com qualificações técnicas capazes de garantir a chamada empregabilidade, que é a condição de permanecer no mundo do trabalho a despeito das mudanças nele verificadas.

O grande desafio é melhorar a capacitação dos trabalhadores. Durante as últimas décadas, o País obteve vitórias importantes com relação à educação básica. Basta notar que, entre 2002 e 2012, a proporção de crianças de quatro e cinco anos que estavam na escola subiu de 56,7% para 78,2%, conforme informa o IBGE. Mas apenas 54% dos jovens de 15 a 17 anos estão no ensino médio e a redução da proporção de jovens que não estudam é lenta: entre 2002 e 2012, caiu de 18,5% para 15,8%.

Mesmo entre os que estudam, os indicadores apontam dados preocupantes. O analfabetismo funcional (conceito que avalia a capacidade de compreensão e interpretação de leitura, e não somente a capacidade de leitura e escrita) alcança em torno de 18% da população. E os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostram desempenhos entre regular e deficiente para o ensino de Português e Matemática, duas matérias essenciais para

formação e capacitação básica, que impactam todos os demais aprendizados ao longo da vida. O mercado de trabalho precisa de pessoas versáteis que saibam raciocinar, analisar e transmitir informações. Em suma, se a pessoa tem dificuldade para ler e escrever, também a terá para raciocínios mais elaborados, tampouco terá facilidade de comunicação com seus pares e/ou superiores.

A iniciativa privada não fugiu do desafio de formar mão de obra. Só o Senac já atendeu, em seus 67 anos de vida, mais de 55 milhões de pessoas com educação profissional voltada para o setor do comércio de bens, serviços e turismo. Mas, à medida que a competitividade exige uma mão de obra mais qualificada, é preciso dar maior atenção à questão educacional, com uma revisão da atual política que privilegia a educação superior em detrimento da formação técnica.

Do total de jovens brasileiros entre 15 e 19 anos, apenas 6,6% estão matriculados em escolas de ensino médio profissionalizante, de acordo com números do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A participação é muito baixa comparada à média de 42% dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“INGRESSEI NO MERCADO DE TRABALHO PELA ÁREA AUDIOVISUAL E, DENTRO DELA, ESCOLHI ESTUDAR ANIMAÇÃO POR SER UM SEGMENTO NOVO. PROCUREI A MELHOR INSTITUIÇÃO PELO PREÇO QUE PODIA PAGAR. O ESTUDO ME FAZ CRESCER, ABRE NOVOS HORIZONTES E MOSTRA O QUE REALMENTE QUERO SER NA VIDA. BUSCO, NO FUTURO, TRABALHAR COM ALGO QUE EU REALMENTE GOSTE E, QUEM SABE UM DIA, DIRIGIR MEU PRÓPRIO FILME DE ANIMAÇÃO”

**BRUNO DI
GIORGI GOMES,**
22 anos, estudante do curso de
Tecnologia em Produção
Audiovisual do Senac



Outros dados da OCDE mostram que somente 41% dos brasileiros entre 25 e 64 anos têm ensino médio completo e apenas 11% detêm título de nível superior. Na média dos países ricos, 74% concluíram o ensino médio e 31% receberam educação universitária. Os números se refletem na produtividade do trabalho no Brasil, que é historicamente baixa e tem crescido pouco ao longo dos anos, como mostra um estudo comparativo feito pela The Conference Board (consultoria especializada em pesquisas e indicadores econômicos), que aponta que a produtividade do trabalho no País é um quarto da registrada na Alemanha, um quinto da americana e um terço da coreana.

BUROCRACIA E ENCARGOS TRABALHISTAS

Além do desafio da educação, outros aspectos contribuem para dificultar o ambiente de negócios no Brasil – notadamente a burocracia e os custos diretos e indiretos da mão de obra, agravados pela falta de observância às necessidades do atual mundo do trabalho. Dados do Banco Mundial sobre a facilidade de se fazer negócios em 189 países aponta o Brasil na 116ª posição no ranking relativo a 2014. A colocação é melhor do que o 130º lugar de 2012, mas alguns indicadores mostram o quão difícil é o ambiente de negócios no cenário na-

cional. Abrir uma empresa demora 107,5 dias no País, frente a cinco dias nos Estados Unidos ou apenas dois dias e meio em Cingapura, que ocupam a quarta e a primeira posição no levantamento, respectivamente.

Para as empresas, o custo de um trabalhador no Brasil chega a ser mais que o dobro do salário recebido por ele, dado o peso dos encargos sociais. Soma-se a isso o fato de a atual dinâmica do trabalho exigir formas mais simples de contratação, que atendam a pressupostos como trabalho por demanda, por projeto ou por contratações temporárias que nada têm a ver com sazonalidade. Tudo isso exige simplificação e flexibilização da estrutura burocrática que permeia as contratações.

As conquistas acumuladas pelos movimentos sindicais – seja na forma de fortalecimento político-institucional, seja por verbas diretas – asseguram aos trabalhadores equilíbrio de forças nas negociações com a classe patronal. Estabelecido o equilíbrio, torna-se desnecessária a perpetuação da Justiça do Trabalho como é hoje: tutelar e protecionista.

É preciso reestruturar o modelo brasileiro de relações de trabalho sob a ótica de que a negociação, sem perda de direitos, é o melhor caminho para

A INICIATIVA PRIVADA NÃO FUGIU AO DESAFIO DE FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA. SÓ O SENAC JÁ ATENDEU, EM SEUS 67 ANOS DE VIDA, MAIS DE 55 MILHÕES DE PESSOAS COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA PARA O SETOR DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

empresas e empregados. Não se trata de tirar direitos de ninguém, mas de estender essa proteção a quem não tem direitos, tendo em vista a disseminação da informalidade.

Mão de obra barata não interessa a nenhum dos lados. O que se busca é mão de obra produtiva. E esta não necessariamente precisa pertencer aos quadros da empresa. A terceirização é um instrumento eficaz, já largamente assimilado pelo mercado, mas que ainda carece de regulamentação específica. Projeto nesse sentido tramita no Congresso Nacional há quase dez anos e é urgente sua aprovação.

As aspirações dos jovens que entram no mercado de trabalho não são mais as mesmas de 30 anos atrás. Boa parte deles quer ser empreendedor e o desafio das empresas é proporcionar um ambiente atrativo para mantê-los em seus quadros. É preciso inovar com propostas de modelo de trabalho e não mais de emprego e isso exige novas formas de regulação, sob pena de as empresas acelerarem o descompasso em relação ao mercado.

Ao longo dos anos, a tecnologia tornou obsoletas algumas profissões. Os elevadores já foram contro-

lados por ascensoristas e há poucas décadas telefonistas eram imprescindíveis para completar uma ligação. Tentativas de preservação de empregos via regulação são tão infrutíferas quanto tentar conter a inovação dos processos para se preservar vagas. O mesmo deve ser observado nas relações trabalhistas, a fim de que o País possa oferecer mais vagas e melhores salários. As condições do mercado de trabalho são dinâmicas e dependem de fatores, muitas vezes, externos a ele. Nada mais justo que as regras também não sejam únicas e universais, sob pena de fomentação da informalidade.

O aviso prévio foi criado em 1951. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) surgiu em 1966 e a Constituição de 1988 adicionou outros tantos benefícios e encargos, como licença-maternidade e um terço a mais nas férias. Será que são temas realmente pertinentes à Carta Magna de um país? A nossa proposta é que a Constituição Federal contenha apenas os direitos básicos dos trabalhadores, como o direito de organizar livremente sindicatos, o direito de não ser discriminado e a proibição do trabalho infantil e escravo, além de aspectos ligados à segurança e à saúde no local de trabalho. Tudo o mais caberia à livre negociação entre empregados e empregadores.

JUSTIÇA DO TRABALHO

A forma como opera hoje a Justiça do Trabalho é um dos grandes obstáculos para que o Brasil volte a crescer e para que as relações de trabalho sejam aprimoradas. Ao rever ou anular cláusulas livremente acordadas nas negociações coletivas entre patrões e empregados, a Justiça do Trabalho reforça a insegurança jurídica, o que contribui para breçar investimentos e dificultar a criação de empregos.

Na tentativa de estancar essa prática, a FecomercioSP apoia a participação de trabalhadores e de juízes classistas – indicados pelas entidades sindicais patronais – nas decisões da Justiça do Trabalho. Atuando de forma semelhante aos peritos, os juízes classistas teriam a capacidade de julgar observando as particularidades de cada tipo de referência trabalhista.

Atenta à necessidade de flexibilização das leis, a FecomercioSP também defende que o Brasil não ratifique a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), anacrônica em razão das transformações do mundo do trabalho. A convenção em questão proíbe a demissão do trabalhador, a menos que exista uma causa justificada dada ao seu comportamento com relação ao funcionamento da empresa, estabele-

“SER EMPRESÁRIO NO BRASIL É UMA TAREFA DIFÍCIL E EXIGE ESFORÇO E PERSEVERANÇA. OS IMPOSTOS E OS JUROS BANCÁRIOS SÃO MUITO ALTOS, É DIFÍCIL ARRANJAR MÃO DE OBRA E O ALUGUEL É CARO. SE, POR EXEMPLO, OS JUROS OU OS IMPOSTOS FOSSEM MAIS BAIXOS, EU PODERIA TER MAIS LUCROS E EXPANDIR A EMPRESA, OFERECER PREÇOS MAIS BAIXOS PARA O CLIENTE E AINDA CONTRATAR MAIS EMPREGADOS”

EVARISTO HENRIQUE,
42 anos, dono do Café Família



cimento ou serviço. A proteção da relação de emprego conferida pelo texto está em descompasso com as práticas do mundo globalizado e com a necessidade de as empresas adequarem seus quadros ao dinamismo do mercado e fazer frente às inovações que se apresentam ao processo produtivo. Em um momento em que as relações de trabalho clamam por flexibilidade, seria um contrassenso impor rigidez aos processos de contratação e demissão de pessoas, o que acabaria por incentivar a informalidade e dificultar a inserção dos jovens no primeiro emprego. Além disso, ao dificultar as demissões, a Convenção 158 funciona como um desestímulo ao aperfeiçoamento e ao crescimento profissional.

Em síntese, a FecomercioSP considera importantes os seguintes pontos para aumentar a competitividade da mão de obra e aprimorar as relações de trabalho:

- ▶ Prevalência nas relações trabalhistas do negociado sobre o legislado;
- ▶ Indicação de juízes classistas para a Justiça do Trabalho;

- ▶ Redução de encargos sobre a folha de salários;
- ▶ Regulamentação do trabalho terceirizado;
- ▶ Desburocratização de abertura e fechamento de empresas;
- ▶ Maior oferta de ensino médio profissionalizante.

4

VIVER NAS
GRANDES CIDADES



4

VIVER NAS GRANDES CIDADES

Urbanização, ao longo da história, é sinônimo de progresso – ainda que nos tempos atuais o campo também seja palco de inovações. A vida urbana, no entanto, traz desafios à organização e ao planejamento das cidades, para que estas consigam oferecer serviços em grande escala à sociedade, como saúde, educação, lazer, saneamento, energia, transporte etc.

No Brasil, importantes transformações aconteceram a partir da década de 1930, época de fundação da FecomercioSP, a começar pela industrialização. O movimento levou parte da mão de obra do campo para as cidades e fez com que municípios como São Paulo ostentassem taxas de crescimento populacional maiores do que a registrada pelo País. A virada aconteceu na década de 1960, quando a maior parte da população brasileira passou a viver em áreas urbanas. Junto com a industrialização e a urbanização veio a expansão da classe média urbana, com consequente crescimento do setor de comércio e serviços.

No bojo das mudanças da segunda metade do século passado ocorreu a transição demográfica, que afetou

sobremaneira a vida nas cidades. O termo designa a transição de uma população com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade e baixa expectativa de vida ao nascer (45 anos), que prevalecia no início do século 20, para a atual população com baixas taxas de natalidade e de mortalidade e maior expectativa de vida (73 anos). Como a redução da taxa de mortalidade ocorreu primeiro e a redução da taxa de fecundidade veio somente 20 anos depois, deu-se a aceleração do crescimento populacional.

O aumento da longevidade do brasileiro e a diminuição dos nascimentos vêm trazendo lentamente uma minoração das faixas populacionais mais jovens e uma majoração da população mais velha. Basta ver

que, entre 1960 e 2010, a proporção da população brasileira com idade acima de 60 anos subiu de 4,7% para 10,8%, segundo dados do IBGE.

A redução da taxa de fecundidade – 6,3 filhos por mulher em 1960 para 1,9 em 2010 – proporcionou uma retração no tamanho das famílias. A média de 5,2 pessoas por família em 1960 caiu para 3,5 indivíduos em 2010. Ou seja: foi a combinação dos fenômenos industrialização, urbanização e transição demográfica que resultou em uma mudança no perfil dos habitantes das cidades, proporcionando grandes impactos sobre a vida nos centros urbanos e sobre as políticas públicas para estas áreas.

As mudanças demandam mais serviços de saúde com foco na terceira idade, além de atrativos de cultura, lazer e turismo para essa faixa da população, que se tornou mais ativa física e socialmente e possui, hoje, maior poder aquisitivo e menores compromissos financeiros do que no passado. A existência de famílias menores mudou a demanda por bens e serviços, como alimentação, vestuário e moradia. Também se alterou a forma de consumo de bens e serviços, crescendo o consumo fora de casa, o comércio eletrônico e a entrega de mercadorias em domicílio (*delivery*).

Tanto o poder público (responsável pela oferta de bens e políticas públicas) quanto os empresários (cujas empresas fornecem bens e serviços privados nas cidades) devem estar atentos a essas transformações, que trazem desafios e oportunidades.

A VIDA DENTRO E FORA DE CASA

Somadas às mudanças demográficas, o Brasil registrou importantes melhorias na renda e no padrão de consumo nas duas últimas décadas. Tão logo a estabilização dos preços ficou assegurada com o Plano Real, a maior previsibilidade da política econômica permitiu aos empresários e às famílias um horizonte de planejamento. A renda familiar aumentou de forma consistente e as desigualdades foram reduzidas como reflexo do menor desemprego e do aumento do salário mínimo, além de programas sociais que reduziram os índices de pobreza.

Associada à elevação da renda, a expansão de crédito para consumo de bens duráveis e aquisição de moradia própria possibilitou uma singular melhoria nas condições de vida do cidadão “da porta para dentro”, isto é, no tocante a bens e serviços que dependem do esforço pessoal para serem obtidos. Em outras palavras, o amplo acesso a melhores moradias e bens como TV, computador, automóvel e celular elevou a

“MORO NO BAIRRO DA PENHA E TRABALHO NA REGIÃO DA AVENIDA PAULISTA. NO TRAJETO, DEMORO MAIS DE UMA HORA E MEIA. DEPOIS DO TRABALHO, ESTUDO EM OSASCO, PERCURSO QUE LEVA MAIS DE 45 MINUTOS. QUANDO SAIO DO CURSO, DEMORO UMA HORA E MEIA PARA RETORNAR À MINHA CASA. UTILIZO ÔNIBUS, METRÔ E TRENS LOTADOS, TODOS COM SERVIÇOS PRECÁRIOS NOS MOMENTOS DE PICO. ERA PRECISO OFERECER MAIS TRANSPORTE NESSES HORÁRIOS DE MAIOR MOVIMENTO”

FRANCIELLE DOS SANTOS,

21 anos, auxiliar financeira e estudante do curso de Gestão Financeira



qualidade de vida das pessoas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostram que 46,4% dos brasileiros tinham computador em casa em 2012, comparado a 16,3% em 2004. Outro dado, do centro estatístico Data Favela, aponta que 47% dos moradores de favelas no Brasil possuem TV de plasma e 28% das moradias dessas concentrações urbanas possuem canais de TV por assinatura.

Contudo, em relação a bens e serviços que dependem do poder público e da coletividade – que constituem a vida “da porta para fora” – não se observa melhorias tão significativas. Aspectos como segurança pública, transporte e saneamento básico ainda deixam a desejar nas grandes cidades. Enquanto a energia elétrica foi praticamente universalizada no País, o quadro de saneamento básico ainda apresenta importante desafio. Segundo o IBGE, 45% dos domicílios não estão ligados à rede pública de esgoto e 17% deles não recebem água potável.

PROBLEMAS DA VIDA URBANA

Uma área que merece particular atenção é o transporte nas cidades e entre as cidades. A formação de grandes centros urbanos acaba por ligar diversos municípios em seu entorno. Esse processo de conur-

bação traz grandes desafios frente às imensas regiões metropolitanas que se formam. À medida que as áreas entre municípios ficam contíguas, torna-se comum os residentes de um deles trabalharem e consumirem em outro, o que complica sobremaneira a gestão e o planejamento urbano.

As cidades-dormitório são um exemplo clássico desse problema, pois impactam a infraestrutura e a demanda por serviços de saúde e educação em uma cidade, enquanto a geração de empregos e impostos permanece concentrada em outra. Assim, o planejamento urbano precisa se tornar intermunicipal, de forma a abranger várias administrações, independentemente dos partidos políticos envolvidos na coordenação das soluções urbanas.

O crescimento das cidades associado à precariedade do transporte público faz o brasileiro ter um dos mais elevados tempos médios de viagem casa-trabalho. Comparativo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre regiões metropolitanas com mais de dois milhões de habitantes de diversos países aponta que paulistanos e cariocas só perdem para os habitantes de Xangai, na China, no quesito tempo gasto entre a residência e o trabalho.

O BRASIL REGISTROU IMPORTANTES MELHORIAS NA RENDA E NO PADRÃO DE CONSUMO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS. CONTUDO, EM RELAÇÃO A BENS E SERVIÇOS QUE DEPENDEM DO PODER PÚBLICO E DA COLETIVIDADE, NÃO SE OBSERVA MELHORIAS TÃO SIGNIFICATIVAS

Assim como os transportes, a segurança pública é outro problema que viceja nas grandes áreas urbanas. A redução dos índices de violência requer políticas articuladas nas três esferas de governo, no Legislativo e no Judiciário. Só assim será possível diminuir a sensação de insegurança de quem vive hoje nas grandes cidades brasileiras, fator que contribui para a piora da qualidade de vida da população.

Investimentos deixam de ser feitos em razão da sensação de insegurança. Um dos problemas que mais afeta o setor de comércio são as ocorrências de roubo de cargas, que crescem exponencialmente e batem sucessivos recordes. Em 2012, os registros nacionais foram os mais elevados dos últimos 15 anos. A maioria acontece nas áreas urbanas e São Paulo responde por praticamente metade das ocorrências. Dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública apontam aumento das ocorrências ao longo de 2013, com consequentes danos econômicos, o que torna cada vez mais necessário o aprofundamento do debate sobre medidas capazes de restringir os índices de crime e de violência.

É preciso estabelecer a confiança recíproca entre sociedade e polícia, fundamentada no respeito às leis e aos

direitos humanos. Para tal, torna-se relevante o desenvolvimento de uma cultura de participação cidadã no âmbito da segurança pública, destinada não só a reduzir, mas, sobretudo, a prevenir a incidência de atos criminosos.

É sintomático que o crescimento das cidades acabe por tornar as pessoas mais atentas ao que ocorre em seu bairro ou distrito. Conforme o interesse do cidadão torna-se mais distrital do que municipal, a administração pública também deve observar o atendimento às demandas da população por distrito. Em outras palavras, assim como no caso de delegacias, escolas e hospitais, a instalação de equipamentos de cultura e lazer deve seguir uma distribuição distrital nas grandes cidades, o que permitiria melhor atendimento da demanda e menores deslocamentos das pessoas, além de contribuir para reduzir as desigualdades sociais entre bairros “bacanas” e “modestos”.

A discussão urbanística adentra ainda na questão do planejamento do crescimento das cidades: quais políticas de ocupação do espaço urbano adequariam melhor as cidades ao crescimento das próximas décadas? De um lado, temos a possibilidade de crescimento horizontal, como é o caso das metrópoles americanas. Isso significaria abertura e desenvolvi-

mento imobiliário de bairros mais distantes e envolveria grandes investimentos em transporte e infraestrutura. Também há sugestões como a do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo, que prevê maior adensamento (verticalização) das áreas centrais, onde já existe infraestrutura construída – embora antiga – e oferta de empregos e serviços.

São raros os municípios brasileiros nos quais planos e intervenções urbanas vislumbram 30 ou 40 anos à frente. De maneira geral, são ações imediatistas que alcançam, quando muito, as próximas eleições. A falta de visão de longo prazo fez o automóvel se sobrepor ao transporte público e o crescimento desordenado comprometer áreas verdes e mananciais. As cidades são ambientes cada vez menos solidários e cada vez mais inseguros, com poucas preocupações quanto às questões de sustentabilidade.

Para os empresários do setor do comércio, o grande crescimento das cidades traz oportunidades, inclusive com a abertura de lojas por bairros e distritos, mas também traz preocupações com a questão da logística. Afinal, os problemas de transporte urbano e a poluição acabam por restringir a circulação tão necessária dos veículos transportadores de mercadorias.

“NÃO ME SINTO SEGURO VIVENDO EM SÃO PAULO. A SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE É RUIM E NÃO FICO TRANQUILO ENQUANTO MINHA FILHA E ESPOSA NÃO ESTÃO SEGURAS COMIGO EM CASA. JÁ FUI ASSALTADO E CONHEÇO MUITAS OUTRAS HISTÓRIAS DE AMIGOS E FAMILIARES. NO MEU BAIRRO, NO JARDIM SANTA RITA, TEMOS MEDO TANTO DA POLÍCIA COMO DOS CRIMINOSOS. ACHO QUE FALTA PREPARO E INVESTIMENTO NO TREINAMENTO POLICIAL”

ALEXANDRE
RODRIGUES DE
SOUZA,
40 anos, porteiro



Viver em cidades significa desfrutar dos benefícios econômicos, sociais e culturais das grandes aglomerações de pessoas, entretanto, traz também dificuldades para o cotidiano. A superação dessas dificuldades requer a participação de todos: poder público, associações, empresários e demais membros da sociedade organizada. Sem a necessária articulação para formulação de políticas públicas, a busca por melhoria de vida nas cidades pode resultar apenas em políticas inexecutáveis ou que elevem desnecessariamente os custos para empresas e cidadãos.

A FecomercioSP acredita que essas políticas públicas precisam resultar em:

- ▶ Melhoria do transporte público;
- ▶ Redução dos índices de violência;
- ▶ Maior e melhor distribuição de equipamentos de lazer e cultura;
- ▶ Estímulo à descentralização para que sejam criados empregos nas áreas mais periféricas, reduzindo a necessidade de deslocamento dos trabalhadores;

- ▶ Planejamento urbano intermunicipal para áreas conturbadas.

5

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POPULAR NO BRASIL



5

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POPULAR NO BRASIL

Em junho de 2013, milhares de manifestantes tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras em um movimento que, a princípio, era apenas contrário ao aumento das passagens de ônibus, mas se transformou em massivo protesto contra o desperdício do dinheiro público e a precariedade dos serviços prestados nos três níveis de governo.

Convocados por meios eletrônicos e redes sociais – como ocorrera com os “indignados” na Europa, com o movimento Occupy Wall Street, nos EUA, e durante a Primavera Árabe – os jovens, principalmente, deixaram clara sua insatisfação com o desempenho dos poderes constituídos. Esses movimentos foram uma escola: ensinaram pacificamente que o protagonismo da cidadania pode reverter políticas de governo, como o aumento das tarifas de transporte.

A FecomercioSP considera que a energia acumulada nessas manifestações deve ser canalizada para formas institucionalizadas de participação social. Além dos meios tradicionais como partidos políticos, sindicatos

e associações, existem outras formas de participação coletiva previstas no ordenamento jurídico brasileiro, que precisam ser mais bem conhecidas e utilizadas.

As considerações a seguir têm por objetivo contribuir para que o Brasil deixe de ser um conjunto desorganizado de cidadãos passivos dispersos por um vasto território, cujos rumos acabam definidos por elites oligárquicas interessadas apenas em manter seus privilégios.

HISTÓRICO

A participação social é um direito garantido desde 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina em seu artigo XXI: “Toda

peessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”.

Ao longo de sua história, o Brasil, entretanto, tem escassa tradição de participação social e popular na definição de seus rumos políticos. Após três séculos como colônia, recebendo ordens da metrópole, em 1820 os brasileiros elegeram pela primeira vez representantes para as cortes em Lisboa. Votaram, entretanto, como em todas as eleições realizadas durante o Império (1822-1889), apenas homens brancos proprietários de terra e de outras fontes de renda.

Na época, a principal mobilização popular – que contou com a participação ativa de todos os setores da sociedade, em especial da intelectualidade representada por poetas e escritores – foi a campanha pela libertação dos escravos, que terminou com a decretação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. O Brasil foi, porém, o último país do mundo a proibir o trabalho escravo, que persiste ainda hoje de forma dissimulada.

Durante as primeiras décadas da República até a Revolução de 1930, as eleições eram limitadas, além de fraudadas pelas oligarquias regionais. As mulheres

só conquistaram o direito de votar e serem votadas nos anos 30, mas isso durou pouco: entre 1937 e 1945, o País mergulhou na ditadura do Estado Novo, que baniu as liberdades individuais e os partidos políticos.

Os direitos garantidos pela Constituição de 1946 foram proscritos em 1964 pela ditadura militar, que por sua vez teve seu destino selado apenas a partir das gigantescas manifestações populares pela volta das eleições diretas, em 1984.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Federal de 1988 inovou na concepção e nas propostas para a participação social nas decisões sobre políticas públicas. O processo constituinte (1986-1988) foi marcado pelos anseios dos movimentos sociais por garantias de direitos e representou avanços históricos na busca de se corrigir injustiças e iniquidades.

Ao contrário das constituições anteriores, que começavam tratando das questões do Estado, a Carta de 1988 traz em seu pórtico as garantias e os direitos individuais, o que lhe valeu o título de “Constituição Cidadã”. A participação social prevista na Constituição é componente essencial da democratização do Estado brasileiro. Já em seu artigo 1º afirma: “Todo o poder emana

“A UNIÃO DE PESSOAS
COM OS MESMOS INTERESSES
PODE MUDAR O MODO COMO
OS CIDADÃOS ENXERGAM
AS POLÍTICAS PÚBLICAS.
O IMPORTANTE É A VONTADE
PARA TENTAR ENTENDER SEU
ENTORNO E REPENSAR A CIDADE.
AS MANIFESTAÇÕES DE 2013
MOSTRARAM QUE QUANDO AS
PESSOAS SE JUNTAM CONTRA
COISAS QUE NÃO QUEREM, COMO
O AUMENTO NOS TRANSPORTES,
PODEMOS CHAMAR ATENÇÃO DO
GOVERNO E MUDAR AS COISAS”

LAURA SOBENES,
26 anos, sócia do espaço
colaborativo oGangorra



do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

No capítulo IV, que trata dos direitos políticos, são apontados os rumos da participação direta conforme determina o artigo 14: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”.

Instrumentos de participação muito usados em diversos países, plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Conforme preceitua a Lei 9.709/98 em seu artigo 2º, “O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”. Já o referendo é “convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição”.

Desde 1988 o Brasil teve apenas um plebiscito nacional e um referendo. No plebiscito realizado em

21 de abril de 1993, a república e o presidencialismo foram escolhidos como forma e sistema de governo, em detrimento da monarquia e do parlamentarismo. Em outubro de 2005, o povo brasileiro foi consultado em referendo sobre um artigo do Estatuto do Desarmamento, que proibia a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional. Os brasileiros rejeitaram a proibição.

Em plebiscito realizado em 2011, foi a vez dos eleitores do Pará de rejeitarem a proposta de divisão do Estado para o desmembramento e criação dos Estados de Tocantins e Carajás.

A FecomercioSP considera que plebiscitos e referendos deveriam ser mais utilizados, tanto para questões sobre mobilidade urbana nas cidades (por exemplo) quanto para assuntos polêmicos de âmbito nacional. A entidade também apoia propostas para facilitar os projetos de lei de iniciativa popular, que, em razão da exigência de assinaturas de pelo menos 1% do eleitorado, têm sido apresentados em números bastante reduzidos. Em 2013, esse percentual representava 1,4 milhão de eleitores. Se a exigência cair pela metade e se forem aceitas assinaturas recolhidas pela internet, poderiam sur-

CONSULTAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SÃO INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL QUE PODEM E DEVEM SER ACIONADOS PELOS TRÊS PODERES NOS DIFERENTES NÍVEIS. SÃO NOVAS FORMAS DE GOVERNAR E DECIDIR QUE POSSIBILITAM UMA GESTÃO COMPARTILHADA COM A SOCIEDADE

gir mais leis como a da Ficha Limpa, principal iniciativa legislativa popular a prosperar ao longo dos 25 anos de vigência da Constituição de 1988.

No âmbito administrativo, a Constituição também assegura a todos o acesso à informação nos órgãos públicos, o direito de petição, o devido processo legal administrativo e o mandado de segurança contra ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública. Garante ainda o controle da conduta dos agentes públicos pelo cidadão mediante ação popular ou por meio de denúncias de irregularidades e/ou ilegalidades aos Tribunais de Contas.

Também é assegurada a participação:

- ▶ Dos empregadores e trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão;
- ▶ Dos produtores e trabalhadores rurais no planejamento da política agrícola;
- ▶ Da comunidade em relação às ações e serviços de saúde;

- ▶ Da comunidade na gestão democrática do ensino público;
- ▶ Da comunidade na proteção do patrimônio cultural;
- ▶ Da coletividade na defesa e preservação do meio ambiente;
- ▶ De entidades não governamentais na proteção da assistência integral à saúde da criança e do adolescente;
- ▶ Das comunidades indígenas, inclusive nos lucros das atividades que aproveitem os recursos hídricos e minerais de suas terras.

CONSULTAS E AUDIÊNCIA PÚBLICAS

Consultas e audiências públicas são instrumentos de participação social e popular que podem e devem ser acionados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos diferentes níveis. São novas formas de governar e decidir que possibilitam uma gestão compartilhada com a sociedade e controlada pela cidadania organizada. Visam dar transparência às ações governamentais e oferecer um canal para indivíduos

e grupos manifestarem seus pleitos, opiniões e sugestões. Devem recolher subsídios e informações, além de identificar – da forma mais ampla possível – todos os aspectos relevantes à matéria em questão.

A audiência pública caracteriza-se pelo debate público e pessoal entre autoridades e cidadãos ou entidades representativas da sociedade civil sobre temas de relevante interesse público. Está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Estatuto da Cidade. É condição de validade para o processo legislativo que tenha por objetivo aprovar os planos, as leis de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento anual, devendo ocorrer em locais e horários previamente designados.

As consultas públicas, por sua vez, ampliam as virtudes das audiências públicas porque, ao contrário destas, podem utilizar as novas tecnologias que possibilitam a “participação eletrônica” por meio da internet e das redes sociais. Assim, o desenvolvimento tecnológico permite a participação de grupos sociais de todas as partes do País e a difusão das informações.

A FecomercioSP entende que os poderes públicos, além de divulgar e informar ao máximo quando da realização de audiências e consultas públicas, devem

“SEMPRE LEVEI A SÉRIO

O LEMA ‘PENSE GLOBAL E HAJA LOCALMENTE’. AS PESSOAS NÃO PRECISAM DELEGAR SUAS DECISÕES SOMENTE PARA O PODER PÚBLICO. ELAS DEVEM VIR DE NÓS PARA O QUE QUEREMOS PARA O NOSSO BAIRRO. O CASO DO CORREDOR VERDE NA NOSSA REGIÃO É UM EXEMPLO. O PODER PÚBLICO QUERIA COLOCAR GRADES NO VÃO DO METRÔ, MAS OS MORADORES ACHAVAM MELHOR CRIAR UM PARQUE LINEAR. POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO, CONSEGUIMOS ATINGIR O OBJETIVO”

JORGE IFRAIM,

51 anos, atuante em diversos movimentos no bairro de Santana



garantir um retorno sobre as propostas apresentadas pela sociedade. O cidadão que busca participar das decisões públicas tem o direito de ver sua opinião, crítica ou sugestão acatada ou, pelo menos, analisada e justificada a respeito de sua utilização ou não.

É fundamental levar em conta que uma sociedade marcada por iniquidades, como é a brasileira, reflete a desigualdade na participação. Os responsáveis por audiências e consultas públicas devem estar atentos às diferenças sociais e culturais de coletivos para a efetiva democratização do processo. É preciso evitar o predomínio de grupos historicamente privilegiados e também que a heterogeneidade das demandas resulte em quebra no princípio da universalidade dos direitos. Se estiverem impregnados pelas relações de poder existentes, os espaços de participação reproduzirão, em vez de contestar, as históricas desigualdades sociais e a perversa hierarquia da sociedade brasileira. Por essas razões, sugerimos:

- ▶ Divulgação clara e inteligível das propostas colocadas em consulta;
- ▶ Decodificação das informações técnicas em linguagem leiga;

- ▶ Dilatação do prazo para recebimento do maior número de contribuições;
- ▶ Transparência total do processo sobre a incorporação ou não dessas contribuições, por meio de publicidade acerca das posições e decisões tomadas pelos agentes públicos;
- ▶ Elaboração de indicadores da participação social nas políticas públicas.

CONSELHOS, CONFERÊNCIAS E OUVIDORIAS

A Secretaria Geral da Presidência da República é a principal instância de coordenação da relação entre o governo federal e a sociedade civil. Entre 2003 e 2010 foram criados 18 novos conselhos nacionais e reformulados os 15 já existentes, resultando em mais de 30 conselhos de direitos em funcionamento. Nesse período, 40 temas de políticas públicas foram debatidos em 74 conferências nacionais, que mobilizaram mais de cinco milhões de pessoas em aproximadamente cinco mil municípios.

As ouvidorias representam outro mecanismo incorporado ao ordenamento jurídico do País para incrementar a participação social no controle da gestão pública.

PLEBISCITOS E REFERENDOS DEVERIAM SER MAIS UTILIZADOS, TANTO PARA QUESTÕES LOCALIZADAS SOBRE MOBILIDADE URBANA NAS CIDADES (POR EXEMPLO), COMO PARA ASSUNTOS POLÊMICOS DE ÂMBITO NACIONAL

No Poder Executivo Federal, as ouvidorias passaram de 40, em 2002, para 165, em 2010. Outra forma de participação consiste nas mesas de diálogo, utilizadas a partir de 2003 para fomentar o entendimento sobre os mais variados temas. Desde então, aconteceram mesas de diálogo com as centrais sindicais, com as entidades do campo, com o Movimento dos Atingidos por Barragens, e com o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

PARTICIPAÇÃO ELETRÔNICA

A inclusão digital e a universalização do acesso à internet em nosso País podem oferecer a todos, ainda, a oportunidade de debater um tema em ambiente *on-line* e interativo por meio de consulta pública eletrônica. Dessa forma, será possível intensificar a troca de ideias mediante um canal que possibilite a milhões de pessoas participar da discussão sobre projetos de lei, influenciando o futuro do Brasil.

A FecomercioSP defende a consulta pública eletrônica com o intuito de democratizar o processo legislativo e ampliar ainda mais o intercâmbio de sugestões e considerações. Comentários devem ser recebidos e sistematizados, sem nenhum filtro ideológico. Todas as opiniões precisam ser organizadas, compiladas e apresentadas

aos parlamentares, que terão por escrito o sentimento daqueles que por eles se fazem representar.

A FecomercioSP pratica o que defende: em ação conjunta com o Sesc-SP e o Senac-SP concebeu e lançou em 2013 o Sampa CriAtiva (sampacriativa.org.br), um espaço digital colaborativo para estimular e recolher propostas, comentários e ideias que ajudarão a melhorar a qualidade de vida na cidade de São Paulo.

CONCLUSÕES

A possibilidade de utilização de uma ampla gama de formas de participação social e popular fortalece uma tese fundamental para a FecomercioSP: o destino de um país não se resume à ação de seu governo. É resultado do trabalho e da ação transformadora de milhares de pessoas. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios, dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação. Para isso, consideramos fundamentais as seguintes questões e propostas:

- ▶ O fortalecimento da organização política dos grupos mais vulneráveis;
- ▶ A garantia de gestão democrática e de fortalecimento da participação de todos os segmentos da sociedade civil organizada no controle social, visando uma política permanente de Estado;
- ▶ O combate a qualquer forma de injustiça ambiental e o apoio a políticas que promovam a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- ▶ A formulação de políticas públicas intersetoriais integradas que contemplem ações de promoção, de prevenção, de proteção e de cuidados;
- ▶ O respeito à diversidade cultural, às características e necessidades de cada território e à região ou bairro.



O PIB E O FIB

GENTILEZA
GERA
GENTILEZA

DEIXANDO DE LADO a comemoração dos feitos do passado, ao destacar os temas da modernidade brasileira que precisa ser alcançada, a FecomercioSP se impõe obrigações a cumprir no futuro. Este é o objeto central deste trabalho que, ao mesmo tempo em que nos lembra de dificuldades a vencer, suscita dúvidas que se situam além das questões econômicas, políticas, sociais e ambientais de que tratamos.

A melhoria desses aspectos coletivos se traduz automaticamente em vida mais digna e feliz para cada ser humano considerado individualmente e na sua relação com os demais? O progresso material significa mais tempo dedicado à família, ao lazer e à cultura? Melhora o trato entre as pessoas nas ruas, no consultório do médico e nos hospitais, na escola, nos escritórios de atendimento público, no comércio, na indústria, nos serviços e em todas as partes onde o respeito para com o outro deva existir? O desenvolvimento da sociedade atual, marcado pela globalização, nos traz mais civilização ou, ao contrário,

favorece uma competição individual feroz que ameaça descambar para a barbárie?

O que vem ocorrendo nas principais cidades brasileiras não permite respostas animadoras a essas dúvidas. Apesar de termos integrado milhões de pessoas aos mercados de trabalho e de consumo, verifica-se um aumento generalizado da violência, dos conflitos e da falta de respeito – desde a embriaguez no trânsito até o horror de crianças queimadas dentro de ônibus. Tudo é visto com grande indiferença: tornamo-nos incapazes de nos sensibilizar pelos clamores alheios, o drama dos outros desaparece ao mudarmos o canal da TV ou desligarmos a tela do computador.

A triste e perversa realidade parece nos dizer que na origem das crises conhecidas que enfrentamos existe um outro desequilíbrio mais profundo, que insistimos em ignorar: a negação da primazia do ser humano. Essa grave carência indica a necessidade de se construir outro sentido comum a partir de novos paradigmas, que nos permitam distinguir na vida cotidiana o justo e o injusto, o desejável e o possível, o impossível e o provável.

Ao contrário do individualismo que isola, fragmenta e faz imperar a lei do mais forte, precisamos caminhar para uma espécie de universalismo que unifique voluntariamente as pessoas. Para isso, ao lado do Produto Interno Bruto (PIB) da nação, temos que começar a medir e ampliar a Felicidade Interna Bruta – o FIB.

Conceito nascido no Butão a partir de valores espirituais budistas e recentemente incorporado pela ONU, o FIB inclui atividades não monetizadas como uso equilibrado do tempo, cuidados com a família e bem-estar psicológico avaliado por meio da autoestima, do nível de estresse e da espiritualidade.

No Brasil, esse enfoque qualitativo teve um precursor insólito: o andarilho José Datrino, o profeta Gentileza. Figura singular de longas barbas e cabelos brancos, vestia uma bata alvíssima e saía pelas ruas do Rio de Janeiro na década de 1980, fazendo inscrições nos baixos de viadutos que pregavam o amor ao próximo e o respeito à natureza.

Pode parecer inadequado que em um livro que objetiva concretamente destacar obstáculos que o Brasil

precisa vencer para ser uma nação moderna, abra espaço para falar de coisas mais próximas do imaterial.

Não é impróprio destacar a esta altura questões que desde os primórdios da ciência econômica constam da preocupação dos pensadores: de nada vale a riqueza material se não conseguir traduzir-se em bem-estar para os homens. O processo de acumulação, por si só, será capaz de prover a felicidade?

A certeza é de que a resposta não nos remete à necessidade de colocar esse tema no horizonte de nossas preocupações, pois é da natureza do homem a busca da felicidade e da sua obrigação a convivência em harmonia.

Nesse sentido, nenhuma lei terá mais força do que a vontade humana que pode manifestar-se em pequenos atos não monetizados, pois “Gentileza gera gentileza”. Esperamos que esta frase famosa do andarilho se incorpore, por meio de atitudes, ao comportamento cotidiano dos brasileiros e de todos os cidadãos do mundo nos anos vindouros.

PRESIDENTE

Abram Szajman

DIRETOR-EXECUTIVO

Antonio Carlos Borges

PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Herbert Carvalho e Marineide Marques

COLABORAÇÃO

**Moacyr de Moraes e assessoria
técnica da FecomercioSP**

FECOMERCIO

EDITORA
FISCHER

COORDENAÇÃO

Neusa Ramos e André Rocha

REVISÃO

Flávia Marques e Rina Mári

PROJETO GRÁFICO

 **TUTU**

EDITORES DE ARTE

Clara Voegeli e Demian Russo

CHEFE DE ARTE

Carolina Lusser

DESIGNER

Kareen Sayuri

ASSISTENTE DE ARTE

Camila Marques e Laís Brevilheri

FOTOS

Christian Parente

B823

Brasil: rumo à modernização / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo; apresentação Abram Szajman e Antonio Carlos Borges . – São Paulo: Fischer, 2014.

89 p. : il. : color.

ISBN: 978-85-65274-02-9

1. Economia – Brasil 2. Fecomercio SP 3. História 4. Mercado
5. Globalização I. Szajman, Abram II. Borges, Antonio Carlos.

CDD 330.0981

CDU 339(81)

Senac Sesc FECOMERCÍOSP

Aqui tem a presença do comércio

